

O campo brasileiro de ensino superior em perspectiva estrutural: tendências históricas e contemporâneas



Maria Caraméz Carlotto¹

Resumo

O presente artigo parte dos dados fornecidos pelo INEP/MEC entre 1980 e 2018 buscando chamar a atenção para as clivagens essenciais do sistema, bem como as inflexões que ocorrem a partir de 2016. O objetivo é olhar para a evolução do sistema desde uma perspectiva estrutural e de longo prazo, que dê conta do padrão de expansão e estratificação do sistema, pensado como campo, para enfatizar a magnitude das mudanças que ocorrem recentemente, em particular: i) a redução do número de matrículas presenciais; ii) a redução do número de docentes contratados; iii) o crescimento das matrículas à distância, sobretudo no setor privado; iv) a democratização do ingresso, em particular nas universidades públicas. Com isso, tentamos destacar algumas das tendências históricas e contemporâneas que marcam o ensino superior no país.

Palavras-chave: Educação; Universidade; Ensino superior; Ensino a Distância; Acesso à Educação.

Abstract

This article considers the data provided by INEP / MEC between 1980 and 2018, emphasizing the essential cleavages of the system, as well as the inflections that occur from 2016. The objective is to look at the evolution of the system, considers as a field, from a structural and long term perspective, which accounts for the expansion and stratification pattern of the system, to emphasize the magnitude of the changes that have occurred recently, in particular: i) the reduction in the number of presential enrollments; ii) the reduction in the number of teachers hired; iii) the growth of distance enrollments, especially in the private sector; iv) the democratization of admissions, especially in public universities. With that, we try to highlight some historical and contemporary trends that mark higher education in the country.

Keywords: Education; University; University education; Distance learning; Access to Education.

¹ Cientista social, doutora em sociologia e professora da UFABC, no Bacharelado em Ciências e Humanidades, Relações internacionais e no Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial da UFABC. E-mail: maria.carlotto@ufabc.edu.br

Introdução

A emergência do ensino superior brasileiro, quando comparada a de outros países, inclusive da América Latina, é marcadamente tardia. As primeiras instituições superiores do país foram as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, criadas pela Constituição de 1824. No bojo do processo de independência e consolidação de um Estado Nacional sob bases relativamente autônomas, o diagnóstico era de que não seria possível seguir formando as elites dirigentes do país em Coimbra, como acontecia até então (ADORNO, 1988; CARVALHO, 2003; VENÂNCIO FILHO, 2004). Da Constituinte de 1824 até a Proclamação da República, o cenário do ensino superior pouco se alterou no país. Com exceção de uma ou outra instituição voltada à formação nas chamadas profissões imperiais (COELHO, 1999) – como medicina, direito e engenharia – o cenário da educação superior brasileira durante o Império permaneceu praticamente estático². A partir de 1889, a autonomia dada às províncias abriu espaço para a criação de novas instituições pelos governos locais, a maior parte delas voltadas para cursos profissionais tradicionais, além de medicina, engenharia e direito, também odontologia, farmácia e agronomia (NADAI, 1987).

Apesar do surgimento de cursos isolados, foi apenas no final da Primeira República que o debate sobre a importância das universidades se intensificou no país, impulsionado, de um lado, por movimentos internacionais, como a atuação da diplomacia científico-cultural francesa, alemã e norte-americana no país e os impactos da Reforma Universitária de Córdoba e, de outro, pelo debate interno em torno da necessidade de modernizar a educação pública nacional, inclusive por meio da formação de professores com nível superior para outros níveis de ensino, tal como expresso nos consensos escola-novistas (CONSOLIM, 2021 no prelo).

O resultado foi a criação formal, pelo poder central, da primeira universidade nacional, a Universidade do Brasil, em 1920. Alguns anos depois, em 1934, a província de São Paulo criou sua própria Universidade, a Universidade de São Paulo, em um embate aberto com o Governo Vargas, com quem se enfrentou militarmente em 1932 (FÁVERO, 1991, 2001 e

² Interessante notar que a efervescência cultural da década de 1870, descrita por Lília Schwarcz, concentrava-se nessas faculdades mencionadas ou em instituições que, no geral, não tinham curso superior como os Museus e os Institutos Histórico Geográficos (Schwarcz, 1992)

2006; CUNHA, 2007). A criação da Universidade do Brasil baseou-se na simples reunião de faculdades isoladas pré-existentes ao passo que a criação da USP foi marcada pela tentativa de reunir essas faculdades isoladas com uma faculdade nova, de caráter eminentemente científico, cuja função deveria ser integradora, e que ganhou o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Assim, apesar da Universidade do Brasil ser anterior, foi na verdade a criação da USP que representou um marco decisivo no cenário do ensino superior nacional por ter conseguido, pela primeira vez, dar dinamismo e organicidade para uma faculdade propriamente científica, capaz de impulsionar a área de pesquisa, tornando-se, assim, o principal modelo para as demais instituições universitárias do país (LIMONGI, 1988, 1989; MICELI, 1989; SCHWARTZMAN, 1979).

Por isso, da criação da USP em 1934 até a Reforma Universitária de 1968, o ensino superior brasileiro expandiu-se ancorado na criação de universidades públicas que reuniam, de um lado, cursos profissionais tradicionais, como medicina, engenharia e direito, em geral, mais elitizados e mais masculinos, e, de outro, cursos acadêmico-científicos, centralizados nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e relativamente abertos a novas camadas sociais, em particular mulheres, filhos de imigrantes e da classe média urbana do país (FERNANDES, 1975, 1984; LIMONGI, 1988, 1989; CARLOTTO, 2014, 2018a).

Nesse período, a oferta de ensino superior seguiu fortemente regulamentada pelo Estado, que privilegiava universidades em detrimento de instituições isoladas e definia regras estritas para que uma instituição pudesse se credenciar para a oferta de ensino superior (CUNHA, 2007). Consequentemente, o setor privado, de caráter sobretudo comunitário e confessional, existia, mas tinha pouca importância relativa quando comparado ao setor público e universitário, uma vez que os rígidos padrões estabelecidos elevavam muito os custos envolvidos na manutenção de instituições de ensino superior, marcadamente universidades, que deveriam unir atividades de ensino, pesquisa e, em menor medida nessa época, extensão.

A Reforma Universitária de 1968, promovida pelo Regime Militar, alterou drasticamente esse quadro. Buscando responder rapidamente e com pouco investimento público à chamada “crise dos excedentes”, ou seja, ao descontentamento das classes altas e médias que, aprovadas formalmente no vestibular das universidades públicas, não conseguiam acessar as vagas dado o excesso de demanda, os militares flexibilizaram as regras para a oferta de ensino superior (CUNHA, 2007). Assim, antes mesmo do ciclo neoliberal

dos anos 1990, o Brasil experimentou, ainda nos anos 1970, um processo de privatização da educação superior que, associado à difusão de visões econômico-gerenciais sobre a educação em geral, definiu o perfil essencialmente privado do nosso sistema de ensino superior desde então (SAMPAIO, 1998; CARLOTTO & GARCIA, 2015, ALMEIDA, 1998).

Os reflexos desse processo já eram visíveis em 1980, portanto, antes mesmo da guinada neoliberal do Estado Brasileiro da década de 1990. Segundo dados compilados pelo INEP, das 882 instituições de educação superior que existiam no país em 1980, menos de 10% eram universidades ou centros universitários, os mais de 90% restantes eram estabelecimentos isolados que ofertavam ensino superior de caráter não-universitário (INEP, 1996). A relação público/privado, considerando-se o total de instituições, também já tinha se transformado drasticamente quando comparado ao final da década de 1960, uma vez que em 1980, 77% das instituições que ofertavam ensino superior no país eram privadas e só 23%, públicas. Considerando-se o perfil das matrículas, o quadro se altera um pouco, uma vez que as universidades e instituições públicas são, em geral, maiores do que os estabelecimentos isolados privados. Mas, ainda assim, a primazia do setor privado já era evidente no início da década de 1980: enquanto o setor público respondia por cerca de 36% do total de matrículas, o setor privado era responsável por 64%, grande parte delas, como dito, em instituições não universitárias que ofereciam cursos profissionalizantes de baixo custo relativo, em particular nas chamadas ciências sociais aplicadas, em particular direito, economia, administração, contabilidade e pedagogia (GRÜN, 1990; GARCIA, 1998; CARLOTTO, 2014).

Mas o mais relevante nesse cenário é que mesmo com a expansão promovida pela Reforma Universitária de 1968, o ensino superior no país permanecia profundamente elitizado, sobretudo porque, de um lado, apesar dos avanços na oferta de ensino fundamental e médio nos anos 1970, ainda havia um déficit educacional muito forte no país. A taxa de analfabetismo chegava a 23,6% entre homens e a 27,1% entre mulheres no começo da década de 1980. A taxa bruta de escolarização no ensino médio era de apenas 33,8% considerando a faixa etária adequada³ nesse mesmo período. Como resultado, o ensino superior, sobretudo no topo do sistema, era para os muito poucos que, além de

³ Dados compilados a partir das séries históricas do IBGE, disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em 05 de outubro de 2020.

conseguir avançar em um sistema escolar profundamente excludente, conseguiam passar nos concorridos vestibulares das universidades públicas ou pagar pelas altas matrículas do ensino superior privado. O resultado era um ensino superior ainda fortemente masculino e de elite (GUEDES, 2008), em geral oriunda de famílias com histórico prévio de escolarização, em um processo de reprodução ancorado na tradução de desigualdades sociais em desigualdades escolares e vice-versa (BOURDIEU, 1984; 1987; 1989).

Foi basicamente esse sistema que levou a Constituição de 1988, reconhecendo o caráter profundamente desigual do sistema educacional brasileiro, a estabelecer, no seu artigo 205, a educação como “direito de todos e dever do Estado”, e a avançar, no seu artigo 208, afirmando que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (...) progressiva universalização do ensino médio gratuito; [e, mais importante para os fins deste artigo] (...) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística (...)” (BRASIL, 1988).

Em suma, a Constituição de 1988 assegurou a importância de uma política de expansão e democratização do sistema educacional do país em todos os níveis, inclusive no superior. E, de fato, o ensino superior brasileiro, o mais elitizado de todos os níveis de ensino do país, cresceu ininterruptamente, embora com velocidades e perfis distintos, de 1988 até o último ano com dados disponíveis, a saber, 2018. O objetivo deste artigo é avançar na análise⁴ desse processo de expansão do ensino superior brasileiro nas últimas décadas, chamando a atenção para algumas características que, embora já presentes no começo dos anos 1980, se acentuam no pós-redemocratização, em particular, o fato da expansão se concentrar no polo mais fraco do sistema, a saber, os cursos ofertados por instituições privadas não universitárias. Por outro lado, justamente pelo caráter fortemente estratificado do ensino superior brasileiro, merecem destaque as políticas de democratização do acesso ao polo mais sólido do sistema, ou seja, nas universidades públicas, sobretudo a partir de 2005.

⁴ Digo avançar porque, de um lado, existe uma farta bibliografia que se dedicou a entender esse processo de expansão do ensino superior (por exemplo, Aguiar, 2016; Barbosa, 2016; Chaves & Amaral, 2016; Durham & Sampaio, 2000; Sampaio, 2000; Sampaio, 2014; Sguissardi, 2015; Oliveira & Silva, 2017; Ridenti, 2018; Marques, Ximenes & Ugino, 2018), e, de outro, porque este artigo faz parte de um conjunto de análises que tenho tentado realizar sobre o espaço intelectual brasileiro, em particular com ênfase no ensino superior (Carlotto, 2018a; 2018b; 2019).

É importante frisar, desta perspectiva, que o olhar que lanço para o ensino superior busca dar conta do papel central que a educação na produção e reprodução da estrutura social, principalmente através da garantia de acesso a posições de poder na sociedade (BOURDIEU, 1984, 1989). Isso se dá por meio do acesso privilegiado que a educação garante ao aparelho de Estado ao espaço público, às posições legítimas em debates essenciais da sociedade e às posições de controle na esfera econômica. É, portanto, um olhar que vai além do campo estrito da educação e sua sociologia específica para pensar, desde uma chave estrutural, a função econômica e, sobretudo, política da educação. Para tanto, é essencial um olhar atento à dinâmica estrutural do ensino superior, dada por sua estratificação interna.

Tendo em vista esse objetivo geral, o presente artigo se divide em três partes. Na primeira, trabalho os dados relativos à expansão do ensino superior nacional de 1980 a 2018, considerando o número de instituições, matrículas e docentes. Na segunda, analiso como essa expansão respondeu a uma dinâmica específica de estratificação dos diferentes perfis institucionais. Na terceira, e última parte, destaco tendências contemporâneas nos dois polos estruturantes do sistema, a saber, as universidades públicas, de um lado, e as instituições privadas de caráter não universitário, de outro.

1. A evolução do ensino superior brasileiro de 1980 a 2018: instituições, matrículas e docentes

Como dito anteriormente, o sistema nacional de ensino superior experimenta uma forte expansão ao longo dos últimos anos, considerando-se três indicadores centrais, quais sejam: número de instituições, número de matrículas e número de docentes contratados. De fato, olhando para a evolução desses dados, tal como expresso nos gráficos 1, 2, 3 e 4 abaixo, é evidente que o sistema se expandiu fortemente. Em termos mais específicos, embora os anos que se seguem à Constituição de 1988 sejam marcados por algum crescimento, que em geral contrasta com a estagnação do período imediatamente anterior à Constituinte, é visível que essa expansão se acelera mesmo a partir da segunda metade da década de 1990, voltando a se estabilizar, quando não regredir, a partir da segunda metade da década de 2010.

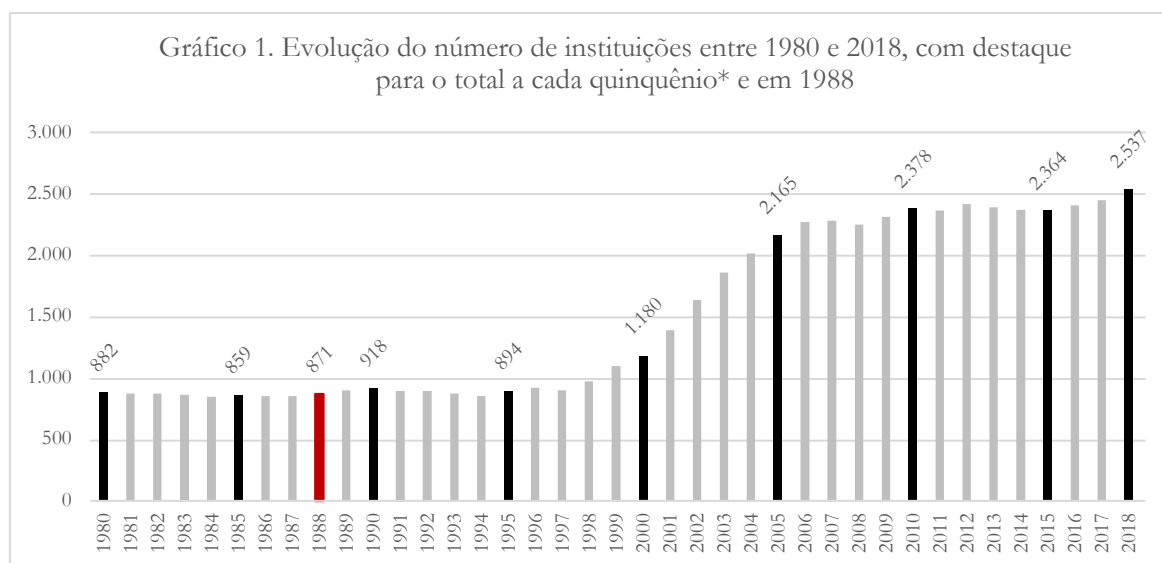
Isso é verdade quando se analisa, em primeiro lugar, o número de instituições. Enquanto entre 1980 e 1988, observa-se uma estagnação, inclusive com leve queda no número total de instituições, que diminui de 882 instituições em 1980 para 871 instituições

em 1988, o período seguinte, que se estende de 1988 a 1995, é marcado, em contrapartida, por uma lenta expansão que fez o número total de instituições subir de 871 para 894 em 1995. Como já analisado por outros pesquisadores, o fato da Constituição de 1988 ter conferido, no seu artigo 207, autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às universidades, sejam elas públicas ou privadas (BRASIL, 1988), fez com que muitas instituições isoladas buscassem se converter em universidades para, com isso, gozar da autonomia nos termos da lei e poder se expandir com mais liberdade (SAMPAIO, 2014). Isso fez o número de universidades aumentar, ao passo que os estabelecimentos isolados diminuíram sua importância no período imediatamente posterior a 1988.

Esse cenário de fortalecimento das universidades vai ser profundamente alterado durante a segunda metade dos anos 1990. Mais especificamente, durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 resultou em uma valorização do status dos estabelecimentos isolados de ensino superior ao excluir, pela primeira vez da legislação, a orientação de que o ensino superior deveria seguir, como modelo institucional prioritário, a forma “universidade”. A flexibilização da LDB foi complementada de modo ainda mais decisivo pelo Decreto nº 2.306, de 1997, que alterou significativamente o cenário da educação superior nacional ao autorizar, em caráter inédito no país e, em certa medida, no mundo, o funcionamento de instituições de ensino superior privado com finalidade de lucro. O resultado dessa mudança normativa foi uma verdadeira explosão no número de pequenos estabelecimentos isolados que ofertavam cursos relativamente baratos, sobretudo nas áreas de ciências sociais aplicadas. Esse movimento guarda semelhanças com o que aconteceu após a Reforma Universitária de 1968, mas foi muito mais radical, dado que a possibilidade de explorar lucrativamente a venda de educação superior abriu uma fronteira nova para a expansão do capital educacional, fazendo do Brasil um dos principais, se não o principal espaço para o crescimento dos grandes grupos privados educacionais no mundo a partir da segunda metade dos anos 1990 (PEIXOTO, 2016).

Essa flexibilização normativa, válida até hoje, explica porque, em dez anos, entre 1995 e 2005, o número de instituições de ensino superior no país aumentou em quase 150%, puxado por esse setor privado, não universitário e lucrativo. Desde então, esse número praticamente se estabilizou, em parte porque a criação de novas instituições, inclusive

públicas, foi compensada por processos de fusão e aquisição que atingiram o ensino superior privado, em uma transformação profunda da dinâmica de privatização desse sistema (MARQUES, XIMENES & UGINO, 2018; PEIXOTO, 2016).



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior

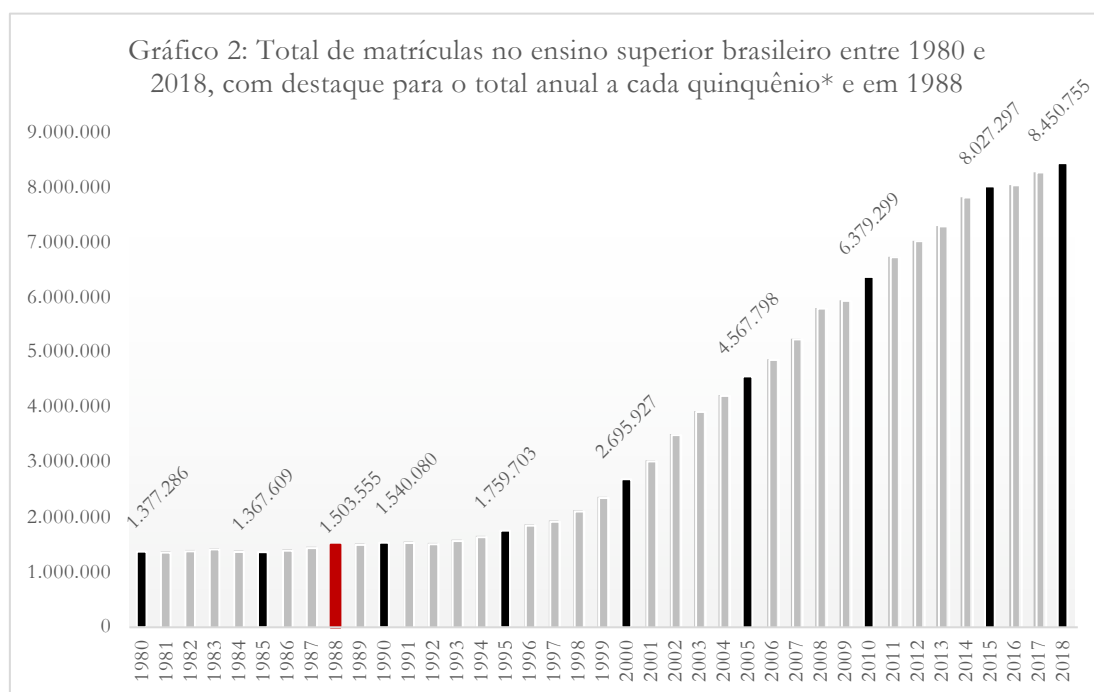
Elaboração: própria

*Com exceção do último, uma vez que só tínhamos dados até 2018

Em artigo anterior (CARLOTTO, 2020 no prelo), trabalhei em mais detalhes os diferentes padrões de expansão institucional em cada um dos períodos políticos pós-consolidação do Censo da Educação Superior do INEP, a saber: os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2015) e Michel Temer (2016-2018). Não vou retomar essa análise em detalhe aqui, mas vale a pena destacar que, do ponto de vista da dinâmica institucional, o grande marco do sistema de ensino superior foi a flexibilização legislativa promovida pelo primeiro Governo FHC, no sentido de autorizar a atuação de instituições com finalidade de lucro. O que aconteceu depois disso, na minha interpretação, deriva dessa normativa original de meados dos anos 1990, jamais alterada.

O Gráfico 2, abaixo, analisa a expansão do número total de matrículas – presenciais e à distância – no sistema nacional de ensino superior. Nesse caso, é possível notar que, embora entre 1980 e 1985 exista uma queda no número de matrículas da ordem de -1%, o saldo da década até 1988 é positivo. Considerando que as matrículas totais variam de 1.377.286 em 1980 para 1.503.555 em 1988, o crescimento registrado nesse período foi de aproximadamente 10%. Se consideramos só o intervalo que vai de 1985 a 1990, o

crescimento foi de 12%. No período seguinte, de 1990 a 1995, o crescimento foi da ordem de 14%, tendo o total de matrículas passado de 1.540.080, em 1990, para 1.759.703, em 1995. Mas foi sobretudo a partir de 1995 que o crescimento se intensificou: de 1995 a 2000, as matrículas aumentaram de 1.759.703 para 2.695.927, um crescimento de 53%. E entre 2000 e 2005, o crescimento das matrículas bateu novo recorde, passando de 2.695.927 para 4.567.798, um aumento de 69%. No período seguinte, de 2005 a 2010, o crescimento foi da ordem de 40%, chegando a 6.379.299 matrículas. E de 2010 a 2015, esse crescimento foi de 26%, chegando à marca histórica de 8.027.297 matrículas totais. Apesar da taxa de crescimento ter desacelerado desde 2005, permanece flagrante a inflexão pós-2015, quando o sistema permaneceu praticamente estagnado, crescendo apenas 5%, a menor taxa observada desde a aprovação da Constituição de 1988. Embora não tenhamos ainda dados oficiais disponíveis, os levantamentos de mercado indicam que a pandemia de COVID-19 aprofundou drasticamente esta tendência (HOPER, 2020)



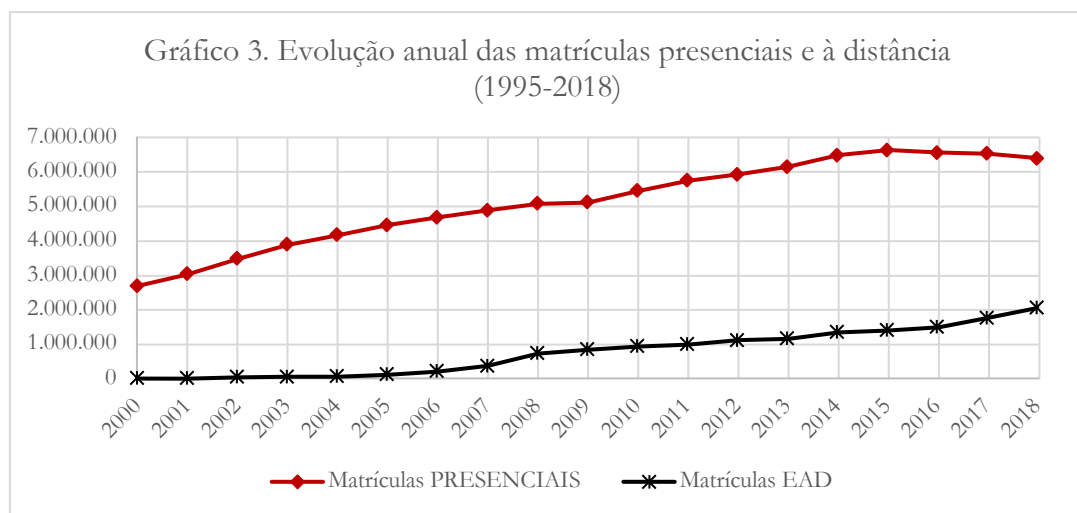
Fonte: INEP/Censo da Educação Superior

Elaboração: própria

*Com exceção do último, uma vez que só tínhamos dados até 2018

Importante frisar que essa reversão da tendência de expansão das matrículas totais no período 2015-2018 só não foi maior porque a queda do número absoluto de matrículas presenciais, que em termos absolutos chegou a registrar 239.301 matrículas a menos ou, ao

todo, uma queda de -4%, foi compensada pelo crescimento das matrículas na modalidade Ensino a Distância (EaD), como é possível ver no gráfico abaixo.

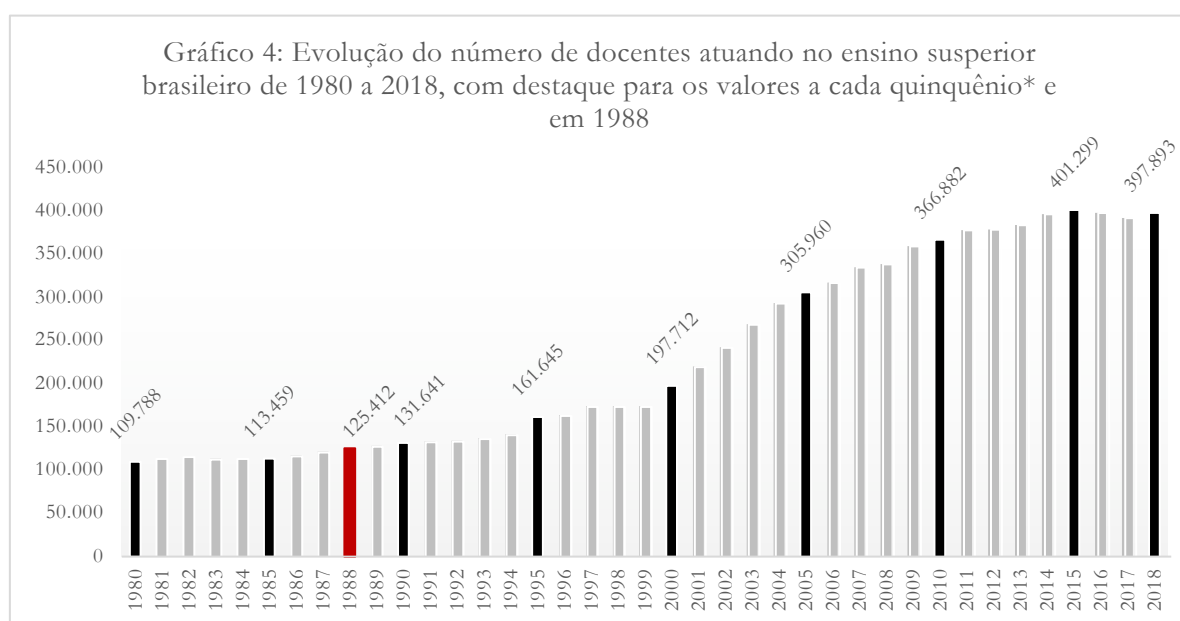


Fonte: INEP/Censo da Educação Superior
Elaboração: própria

Vale notar que desde que o Censo da Educação Superior passou a contabilizar matrículas na modalidade EaD, em 2000, essas têm crescido ininterruptamente, especialmente a partir de 2005. Mas é somente a partir de 2015 que o crescimento das matrículas presenciais e EaD deixaram de ocorrer em paralelo, passando a preponderar uma tendência de substituição das matrículas presenciais por matrículas EaD. Essa tendência foi potencializada, a partir de 2017, pelo Decreto n° 9.057/2017, assinado pelo então presidente Michel Temer, que flexibilizou substancialmente as regras de oferta EaD no país. E, como dito, embora não tenhamos dados oficiais disponíveis ainda, é muito provável que a crise econômica do primeiro ano do Governo Bolsonaro, associada às consequências da Pandemia de COVID-19, tenha intensificado ainda mais esse movimento.

Por fim, o Gráfico 4, abaixo, ilustra a evolução do número de docentes atuando no ensino superior brasileiro entre 1980 e 2018. Em termos gerais, o padrão de comportamento das variáveis instituições e matrículas se repete. A década de 1980 é marcada por um crescimento lento que beira a estagnação, embora a segunda metade da década (1985-1990) seja, em termos gerais, melhor do que a primeira (1980-1990). Assim, numericamente, os docentes atuando no ensino superior do país passaram de 109.788 em 1980 para 131.641 em 1990, um aumento de 19%. Entre 1990 e 1995, o padrão pouco se altera, com 30 mil novos docentes, o sistema registrou um aumento de 23%. Entre 1995 e 2000, com 36 mil

novos docentes atuando no sistema, este registrou um crescimento análogo, da ordem de 22%. Mas, de novo, foi entre 2000 e 2005, que o número de docentes, acompanhando o número de docentes contratados pelo sistema, explodiu: passou de 197.712 para 305.960, um incremento de 108.248 ou, se quisermos, 55%. De 2005 a 2010, a taxa de crescimento diminuiu para 20% e de 2010 a 2015, para 10%. Em números absolutos, de 2005 a 2010 foram 60.992 novos docentes contratados pelo sistema, enquanto entre 2010 e 2015 esse saldo ficou em 34.417. De novo, à semelhança do que aconteceu com o número de matrículas, embora a taxa de crescimento desacelere pós-2005, nada se compara ao que acontece após 2015, quando o sistema perde 3.406 postos de trabalhos de docentes de ensino superior.



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior

Elaboração: própria

*Com exceção do último, uma vez que só tínhamos dados até 2018

Vistos em conjunto, esses dados sugerem que, entre 1980 e 2018, é possível destacar cinco períodos. O primeiro vai de 1980 a 1988, quando o sistema vive uma estagnação, ligada ao esgotamento do modelo de expansão que se consolidou a partir da Reforma Universitária de 1968. O segundo, que se estende da Constituição até 1995, é de leve crescimento, mas nada comparado ao terceiro período, que dura uma década, de 1995 a 2005, em que o sistema praticamente dobra de tamanho. A década seguinte, de 1995 a 2015, também marcada por crescimento consistente do sistema, embora a taxas menores. Por fim,

o período pós-2015 se caracteriza essencialmente por uma reversão da tendência de expansão que se verifica sobretudo pós-Constituição de 1988, tendência, essa, compensada em parte pela expansão da oferta EaD que, ao que tudo indica, é a nova e dinâmica fronteira do ensino superior brasileiro. A partir desse quadro geral, é importante desdobrar algumas especificidades do perfil institucional de expansão do sistema nesse período.

2. Caracterizando a expansão do sistema: diversificação institucional ou estratificação desigual?

É muito comum, na análise sobre a evolução recente do sistema de ensino superior brasileiro, destacar que o processo de expansão é inseparável do processo de diversificação institucional do sistema (SAMPAIO, 2014). Essa constatação refere-se ao fato de que, sobretudo após 1995, o crescimento do nosso sistema se deu prioritariamente por meio de instituições não universitárias, sejam elas centros universitários, faculdades e estabelecimentos isolados, institutos federais ou centros de educação tecnológica.

Essa não é uma tendência exclusivamente brasileira. Na verdade, a literatura que analisa a expansão do ensino superior que decorreu das turbulências estruturais que abalaram o sistema mundial a partir do final da década de 1960 (WALLERSTEIN, 2004) destaca o papel da diversificação institucional na manutenção ou mesmo aprofundamento das desigualdades essenciais dos diferentes contextos nacionais. Um dos casos paradigmáticos é o sistema francês que, a partir dos eventos de maio de 1968, conseguiu se expandir e, ao mesmo tempo, preservar, quando não ampliar, suas desigualdades essenciais de tal modo que, nas palavras de Pierre Bourdieu,

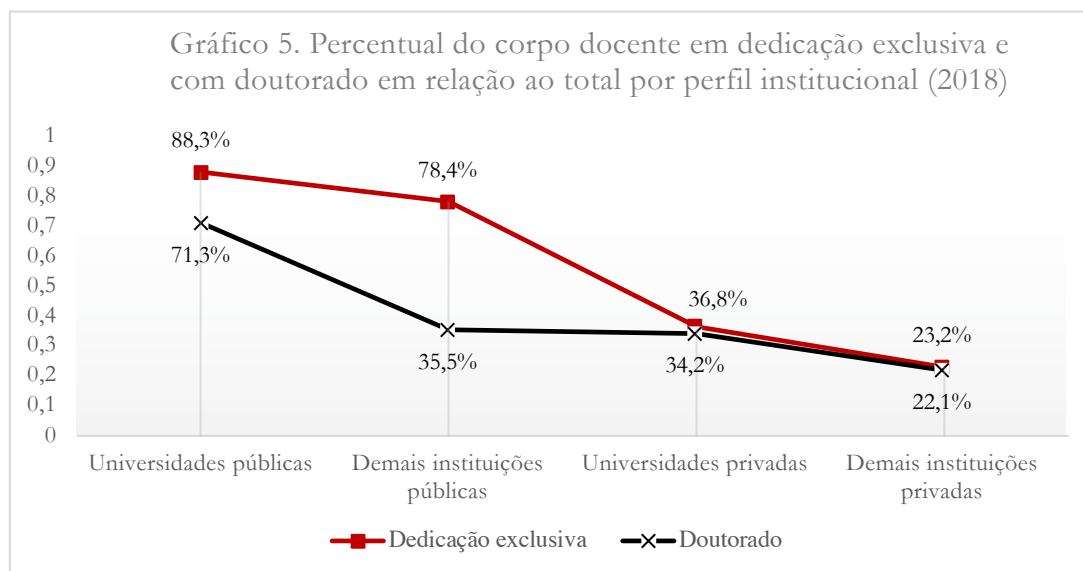
[suas] posições principais foram mantidas entre os anos 1960 e 1980, a despeito do sobressalto de 1968 que, longe de revolucionar as estruturas do campo das instituições de ensino superior, parecem ter favorecido reações individuais e coletivas que tenderam a reforçá-las. [...] As escolas que se encontravam, e se encontram ainda, localizadas no topo da hierarquia propriamente social, viram crescer ainda mais a parcela dos seus alunos que saem das regiões dominantes do espaço social, o que implicou, como efeito, o aumento da distância que separa as pequenas escolas das universidades. [...] (1989, p. 272)

A constatação de Bourdieu foi confirmada por outros estudos que, na França e em outros contextos internacionais, destacaram a relação entre expansão, diversificação institucional e aumento das desigualdades internas do sistema de ensino superior (ARUM,

GAMORAN & SHAVIT, 2007; EURIAT & THÉLOT, 1995; GALL & SOULIÉ, 2007; GARCIA & POUPEAU, 2003; MERLE, 1996). No caso do Brasil, minha pesquisa sobre a Universidade de São Paulo a partir da Reforma Universitária de 1968 encontrou exatamente a mesma relação, qual seja, de que a expansão concentrou-se sobretudo em novos cursos e unidades, mantendo intacto, quando não aprofundando, o perfil socialmente elevado de recrutamento no que eu chamei de “escolas de elite e de poder” da USP (CARLOTTO, 2014; 2018a).

É a luz dessa problemática que o debate sobre diversificação institucional, que constitui um tema central para os estudos sobre ensino superior no país (Sampaio, 2014), se torna uma interrogação essencialmente sobre as desigualdades internas do sistema, pensado teoricamente como campo, hierarquicamente estruturado. É nesse sentido que o gráfico abaixo analisa o percentual do corpo docente com doutorado e trabalhando em regime de dedicação exclusiva pelos principais perfis institucionais do sistema brasileiro de ensino superior em 2018. Os dados são muito consistentes em apontar quais são as principais clivagens do sistema brasileiro de ensino superior, considerado como campo: de um lado, a clivagem público/privado e, de outro, a clivagem instituições universitárias/ não-universitárias, aqui denominadas de “demais instituições”.

É possível notar, dessa perspectiva, que no topo do sistema de ensino superior estão as universidades públicas, nas quais 88,3% dos docentes atuam em regime de dedicação exclusiva e 71,3% têm doutorado. Na sequência, aparecem as demais instituições públicas, marcadamente as faculdades isoladas sobretudo em nível municipal, os centros de educação tecnológica e os institutos federais, nos quais 78,4% dos docentes atuam em dedicação exclusiva e 35,5% têm doutorado, metade do percentual observado nas públicas. Depois, vêm as universidades privadas, com 36,8% dos docentes atuando em dedicação exclusiva, cerca de metade do percentual observado no setor público, e 34,2% com doutorado, muito abaixo do padrão observado nas universidades públicas. Por fim, na base do sistema estão as demais instituições privadas, de caráter não-universitário, nas quais menos de um quarto do corpo docente atua em dedicação exclusiva e é portador do título de doutorado.

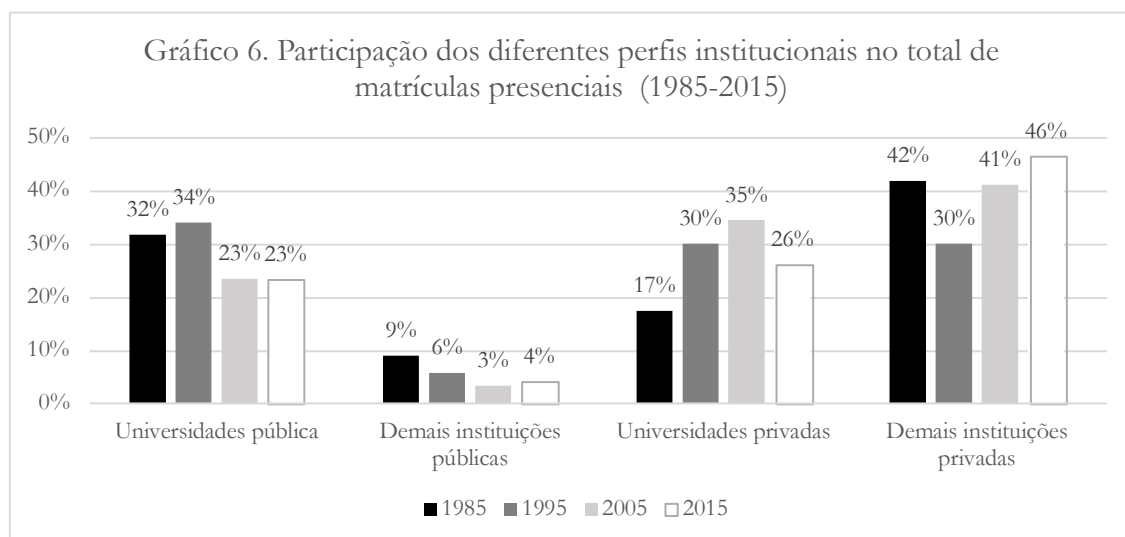


Fonte: INEP/Censo da Educação Superior
Elaboração: própria

O gráfico é um retrato muito fiel de como a estrutura do sistema de ensino superior brasileiro, que se constituiu historicamente há aproximadamente um século, chega quase intacta a 2018, no sentido de opor o polo público e universitário de alta qualidade a um polo privado não universitário muito mais precário do ponto de vista da qualidade do ensino oferecido e do seu papel da produção de conhecimento novo no país.

No entanto, como dito na introdução deste artigo, foi esse polo mais precário que liderou o crescimento do sistema brasileiro de ensino superior desde a Reforma Universitária de 1968 de tal maneira que, já em 1985, as instituições privadas de caráter não universitário respondiam por 42% das matrículas presenciais do país. Esse valor cai um pouco entre 1985 e 1995, por efeito da regulamentação implementada pela Constituição de 1988, que outorgou autonomia didático-científica, financeira e de gestão às universidades, incentivando a transformação de faculdades isoladas em universidades. A partir da LDB de 1996 e, mais precisamente, do Decreto n° de 1997, o total de matrículas voltou a crescer, até atingir o percentual recorde de 46% das matrículas em 2015. Na chave oposta, as universidades públicas que respondiam por 32% das matrículas em 1985, viu sua participação aumentar lentamente no período pós-Constituição de 1988 para, a partir de 1995, perder espaço até estabilizar no patamar de 23% das matrículas a partir de 2005. Ou seja, considerando-se o número de matrículas no interior do sistema, é possível dizer que este cresceu com mais força no seu polo mais frágil que, pelo desde 1985 até hoje, concentra o maior percentual de matrículas. Ainda assim, merece destaque o fato de que, de um ponto

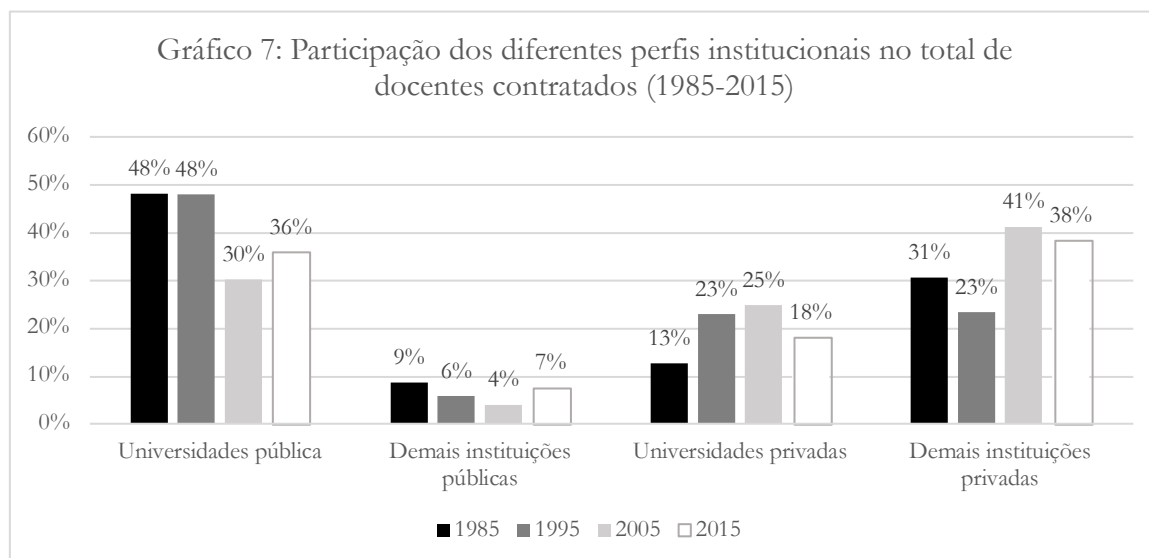
de vista estrutural atento às clivagens do campo, o comportamento dos seus polos essenciais tem sido, em linhas gerais, estável nas últimas décadas, com as universidades públicas com uma tendência geral de queda na participação das matrículas e as instituições privadas não universitárias, de alta.



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior

Elaboração: própria

Padrão homólogo é observado quando se considera a participação dos diferentes perfis institucionais no total de docentes contratados pelo sistema ao longo das últimas quatro décadas. Se em 1985, 48% dos docentes contratados trabalhavam no polo superior do sistema, representado pelas universidades públicas, hoje são apenas 36%. Por outro lado, o polo oposto, formado pelas instituições privadas de caráter não universitário, concentrava 31% dos docentes em 1985, passando para 38% em 2015.



Ainda assim, a correlação entre matrículas e docentes contratados segue o mesmo padrão desde a década de 1980: as universidades públicas, apesar de concentrarem apenas 23% do alunado em 2018, eram responsáveis pela contratação de 36% dos docentes, ao passo que as instituições privadas não-universitárias, no mesmo ano, eram responsáveis por 46% das matrículas, mas apenas contratavam somente 38% dos docentes. Não muito distinto do padrão observado em 1985, quando as universidades públicas concentravam 32% das matrículas e 48% dos docentes, ao passo que as instituições não-universitárias concentravam 42% das matrículas e 31% dos docentes.

Em outras palavras, no topo do sistema de ensino superior, formado pelas universidades públicas, além de um percentual mais elevado de docentes em dedicação exclusiva e com doutorado, também mantém uma relação professor/aluno mais baixa, o que contrasta, de novo, com o cenário predominante no polo mais rebaixado do sistema de ensino superior, pensado aqui como campo, formado pelas instituições privadas não-universitárias que, além de contarem com um baixo percentual de docentes com doutorado e trabalhando em dedicação exclusiva, também contam com uma relação aluno/professor bem mais alta⁵.

Mas por trás desses percentuais que, em termos estruturais, pouco se alteram ao longo das últimas décadas, esconde-se, como visto, um intenso processo de expansão do número

⁵ Em número, considerando-se 2018, a relação aluno/professor nas universidades públicas era de 10,7 alunos por professor, enquanto nas demais instituições privadas, não universitárias, de 19,7 alunos por professor.

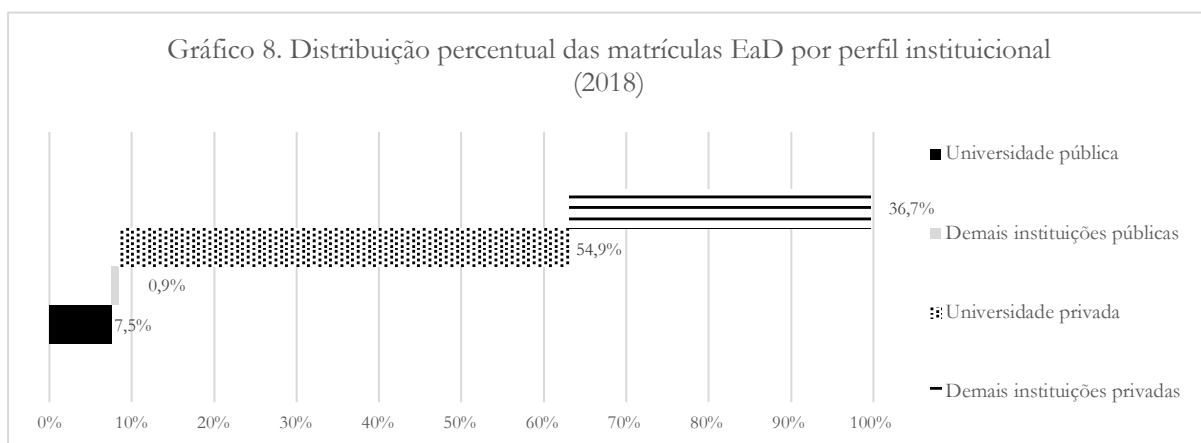
absoluto de instituições, matrículas e docentes. Mais do que isso, ocultam-se alguns processos contemporâneos de mudança estrutural que merecem destaque. Dessa perspectiva, a última seção deste artigo analisa dois processos que atingem de maneira distinta os polos estruturantes do ensino superior brasileiro: de um lado, a expansão do ensino à distância, sobretudo a partir de 2017, por meio da criação de instituições privadas, isoladas e voltadas exclusivamente para esta modalidade de ensino e, de outro, a democratização do acesso ao ensino superior público, em especial de caráter universitário, que muda o perfil do alunado no “topo do sistema” de ensino superior do país.

3. A dinâmica estrutural do campo de ensino superior brasileiro: tendências contemporâneas

A análise das tendências históricas do ensino superior brasileiro, vistas de uma perspectiva estrutural, mostrou que os dois grandes polos que estruturam esse sistema são, de um lado, as instituições privadas, de caráter não universitário, em geral com finalidade de lucro, que lideraram a expansão do sistema desde a reforma de 1968 e, de outro, as instituições públicas, em particular as universidades, que seguem liderando o padrão de qualidade do sistema, seja nos cursos de graduação e pós-graduação mais bem avaliados sob quaisquer indicadores, seja nas atividades de pesquisa e extensão que são quase que exclusividade do setor público. É à luz dessa estrutura que cabe analisar algumas tendências contemporâneas que impactam o ensino superior brasileiro nesses dois polos, em especial a expansão do Ensino à Distância, em particular a partir de 2016; e a democratização do acesso ao ensino superior, sobretudo a partir de 2012.

Desde os anos 2000, quando o Censo da Educação Superior passou a contabilizar as matrículas de tipo EaD, estas vêm crescendo continuamente. Porém, a partir de 2016, como vimos, essa expansão deixa de ocorrer em paralelo às matrículas presenciais para, pela primeira vez, substituir essa modalidade de ensino. A substituição de matrículas presenciais por matrículas EaD foi um movimento quase que exclusivo do sistema privado, que como vimos perdeu matrículas presenciais nesses últimos anos, em particular depois que o MEC passou a flexibilizar as regras para essa modalidade de ensino. O resultado é que o sistema privado, a partir de 2016, passou a crescer quase que exclusivamente na modalidade EaD, o

que o fez aumentar ainda mais a sua participação deste setor no total de matrículas não presenciais, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior

Elaboração: própria

Merece destaque o fato de que, em 2018, 93% das matrículas de tipo EaD estavam concentradas no setor privado. Esse dado é relevante porque indica que, hoje, a fronteira de expansão do sistema de ensino superior está no sistema privado que se dedica à oferta de ensino à distância. Essa tendência se intensificou durante a pandemia. Levantamentos iniciais feitos, sobretudo, por consultorias privadas, apontam uma forte redução das matrículas presenciais em relação às matrículas privadas. Segundo levantamento do jornal Valor Econômico (2020a; 2020b), com base em previsões delineadas pela consultoria Hoper, em 2020, os ingressantes do setor privado na modalidade presencial totalizaram cerca de 1 milhão de alunos, ao passo que os ingressantes na modalidade EAD somaram aproximadamente 1,5 milhão, uma diferença de 500 mil em favor do ensino virtual. A previsão para 2021 é que essa diferença supere 600 mil estudantes a mais na modalidade EAD. O resultado é o fechamento de unidades presenciais e, principalmente, a demissão de professores em massa ao longo do ano (SINPROSP, 2020).

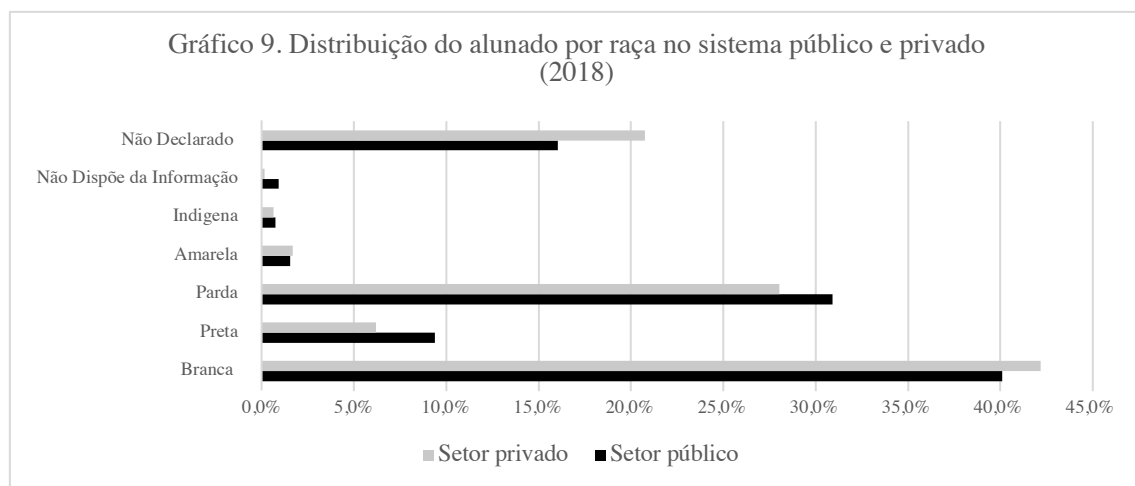
Como apontado ao longo deste artigo, o movimento de crescimento do EAD era, até 2018, quase que exclusividade do sistema privado. Porém, os efeitos da Emenda Constitucional 95, somadas ao agravamento da crise de financiamento do ensino público e, principalmente, aos efeitos da Pandemia de COVID-19 sobre a expansão do ensino remoto podem alterar esse quadro. Por isso, é fundamental analisar atentamente as portarias 433 e 434 do MEC, publicadas em 22 de outubro de 2020, criando, respectivamente, “Comitê de Orientação Estratégica - COE para a Elaboração de Iniciativas de Promoção à Expansão

da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais” e o “Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais”. Nos dois casos, o objetivo é explícito: estudar meios de seguir com a expansão do ensino superior público, mas através dessa nova modalidade, o ensino digital ou tipo EaD.

O significado dessa inflexão do sistema público deve ser considerado à luz de um outro processo, de democratização do acesso e permanência no sistema de ensino superior público. Conforme procuramos mostrar, o setor público, em especial de caráter universitário, concentrou historicamente os cursos e atividades de maior qualidade no ensino superior e, por isso, seguiu responsável pela formação das elites nacionais voltadas à atuação no Estado, no setor privado e na sociedade. É por isso que as medidas de democratização paulatina do ensino superior brasileiro têm um significado histórico-estrutural tão importante.

Essa democratização se deu, em linhas gerais, em duas ondas. Uma primeira tem início nos anos 1980 e se acelera ao longo dos anos 1990, com o ingresso massivo de mulheres no ensino superior, ainda que em cursos específicos (GUEDES, 2008; ÁVILA & PORTES, 2009). A segunda onda, que se intensifica a partir dos anos 2000, baseou-se na inclusão da população de baixa renda, em particular, pretos e pardos, no ensino superior público, como efeitos de políticas específicas de cotas em universidades isoladas, potencializadas por programas como o REUNI, a nacionalização do ENEM, o fortalecimento do PNAES e, posteriormente, a Lei de Cotas de 2012 (ARTES & RICOLDI, 2015; LIMA, 2015; OLIVEIRA & SILVA, 2017; SENKEVICS & MELLO, 2019). Essa segunda onda é particularmente importante porque altera uma das dimensões estruturantes do ensino superior brasileiro: a correspondência entre ensino público de qualidade e acesso das elites ao ensino superior. Por efeito essas políticas mencionadas e já amplamente estudadas, o ensino superior público brasileiro que, como vimos, concentra padrões de qualidade expressos em indicadores como percentual de professores em dedicação exclusiva, percentual de professores com doutorado e relação professor/aluno, passou a receber mais alunos pretos e pardos do que brancos, tanto em termos absolutos – os pretos e pardos já são maioria entre os alunos do setor público – quanto em termos relativos – o setor público concentra mais estudantes pretos e pardos do que o setor privado.

Como podemos ver no Gráfico 9, em 2018, o setor privado concentrava um percentual maior de estudantes brancos e amarelos de origem asiática, ao passo que o setor público concentrava uma parcela maior de estudantes pretos, pardos e indígenas. Esse dado recente contrasta com a dinâmica de exclusão e elitização que marca a história do ensino superior público brasileiro.



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior

Elaboração: própria

É à luz desse dado que se deve analisar os possíveis efeitos da expansão do ensino à distância no setor público. Qual seria o efeito estrutural dessa política justamente no momento em que esse setor se democratiza, recebendo, pela primeira vez, alunos e alunas oriundos de famílias de baixa renda – que, por isso, matriculam seus filhos no sistema público de ensino fundamental e médio – em especial, alunos pretos e pardos vítimas do racismo estrutural brasileiro que tem, na exclusão educacional, um dos seus pilares.

Conclusão

O presente artigo procurou reconstruir a história do ensino superior brasileiro de uma perspectiva estrutural, atenta ao perfil social do alunado e, portanto, ao caráter elitista desse nível de ensino. Dessa perspectiva, ganha destaque a inflexão a partir da Constituição de 1988, quando a democratização do acesso ao ensino superior passou a ser considerada dever do Estado. A partir disso, destacou-se uma tendência geral de expansão do sistema, só parcialmente interrompida a partir de 2015. Essa expansão foi liderada pelo setor privado,

em particular por faculdades isoladas e com finalidade de lucro, mas ao invés de classificar essa tendência apenas como diversificação institucional, procuramos mostrar que se trata, na verdade, de uma estratificação desigual, daí porque a teoria bourdieusiana de campo pode ajudar a entender melhor a dinâmica do sistema nacional de ensino superior. É à luz dessa teoria atenta às hierarquias estruturais do ensino superior brasileiro que analisamos os dois polos que organizam o ensino superior brasileiro e, em especial, a maneira como eles são atravessados por tendências contemporâneas importantes quais seja, a expansão da EAD, no sistema privado, e a democratização das matrículas, no sistema público. O encontro entre essas duas tendências – por uma espécie de efeito de campo – pode subverter o sentido da recente democratização do ensino superior no país devendo, portanto, chamar a atenção de analistas e pesquisadores sensível à ideia de que o ensino superior brasileiro, além de um sistema normativamente organizado é, também, um campo socialmente estruturado.

Referências

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 57, p. 113-126, 2016.
- ALMEIDA, Ana Maria. O assalto à educação pelos economistas. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, p. 163-78, 2008.
- ARTES, Amélia & RICOLDI, Arlene. Acesso de negros no Ensino Superior: o que mudou entre 2000 e 2010? *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, nº 158, 2015.
- ARUM, Richard; GAMORAN, Adam & SHAVIT, Yossi. “More inclusion than diversion: expansion, differentiation and markets structures in higher education”. In: ARUM, Richard; GAMORAN, Adam & SHAVIT, Yossi. *Stratification in higher education: a comparative study*. Stanford: Stanford University Press, 2007. p. 1-35.
- ÁVILA, Rebeca & PORTES, Écio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. *Mal-Estar e Sociedade*, Ano II, jun/2009
- BARBOSA, Maria Ligia de O. (Org.). *Ensino Superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Variations et invariants. *Éléments pour une histoire structurale du champ des grandes écoles*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 70, p. 3-30, 1987.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, Senado Federal, 1988.

CARLOTTO, Maria Caraméz & GARCIA, Sylvia Gemignani. O Brasil como “terreno de experimentação” da accountability universitária? A atuação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1966-1987). In: *39º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 2015, Caxambu. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

CARLOTTO, Maria Caraméz. “Guerra em campo aberto: as disputas pela mudança estrutural do espaço intelectual brasileiro”. In: CASSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, p. 121-132.

CARLOTTO, Maria Caraméz. A universidade vista a certa distância: a estrutura social da USP e sua representação simbólica. *Revista Política e Sociedade*, v. 17, p. 224-255, 2018a.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos Think Tanks latino-americanos. *Plural*, v. 25, n.1, p. 63-91, 2018b.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Universitas semper reformanda? A Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social. 2014. 570f. *Tese de Doutorado* (em Sociologia), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob & AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil

– o PROUNI e o FIES como financiadores do ensino privado. *Educação em revista*, v.31, n.4, p.49-72, 2016.

COELHO, Edmundo Campos. Profissões imperiais no Brasil: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CONSOLIM, Márcia. Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932. *Tempo Social*, v. 33, n.1, 2021 no prelo.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

DURHAM, Eunice R. & SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, 110: 7-38, 2000.

EURIAT, Michel & THÉLOT, Claude. Le recrutement social de l'élite scolaire en France. Évolution des inégalités de 1950 à 1990. *Revue Française de Sociologie*, n. 36, p. 403-13, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma de 1968. *Educar*, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. In: SGUISSARDI, Valdemar & SILVA JÚNIOR, João Reis (Org.). *Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa*. São Paulo: Xamã, 2001, p. 223-30.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da universidade “modernizada” à universidade

disciplinada: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

GALL, Brice Le & SOULIÉ, Charles. Massification, professionnalisation, réforme du gouvernement des universités et actualisation du conflit des facultés en France. In: CHARLE, Christophe & SOULIÉ, Charles (Orgs.). *Les ravages de la "modernisation" universitaire en Europe*. Paris: Éditions Syllepse, 2007. p.173-208.

GARCIA, Sandrine & POUPEAU, Frank. La mesure de la "démocratisation" scolaire. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 149, p. 74-87, 2003.

GARCIA, Sylvia Garcia. A questão da universidade e a formação em ciências sociais. *Tempo social*, v. 21, n. 1, p. 123-40, 2000.

GRÜN, Roberto. A revolução dos gerentes brasileiros. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais). 1990. 320f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

GUEDES, M. A presença feminina nos cursos universitários e pós-graduações: desconstruindo a ideia de universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, 2008.

HOPER EDUCAÇÃO. *Análise setorial da Educação Superior Privada 2020*. Foz do Iguaçu, HOPER, 2020.

INEP. *Evolução das estatísticas de ensino superior (1980-1996)*, Brasília: MEC, 1996.

LIMA, Marcia. Ações afirmativas e juventude negra no Brasil. *Cadernos Adenauer*, XVI, v. 1, 2015.

LIMONGI, Fernando. Educadores e empresários culturais na construção da USP. 1988. 279f. *Dissertação* (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas na Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989. v. 1, p. 111-86.

MARQUES, Rosa; XIMENES, Salomão & UGINO, Camila. Governos lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. *Revista de Economia Política*. v.38, n.3, p. 526-547, 2018.

MERLE, Pierre. Les principales transformations sociodémographiques des filières de l'enseignement supérieur de 1985 à 1995. *Population*, n. 6, p. 1181-210, 1996.

MICELI, Sergio. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989.

NADAI, Elza. *Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo 1891-1934*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

OLIVEIRA, Anandra & SILVA, Ivair. Políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro: um estudo sobre o perfil socioeconômico de estudantes nos anos 2010 a 2012. *Educação em revista*, n. 33, p. 1-28, 2017.

RIDENTI, Marcelo. Mudanças culturais e simbólicas que abalaram o Brasil. *Plural*, v.25, n.1, p. 45-62, 2018.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 84, p., 2014.

SAMPAIO, Helena. *O ensino superior no Brasil - o setor privado*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

SAMPAIO, Helena. *O ensino superior privado: tendências da última década*. São Paulo: NUPES/USP, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional/Finep, 1979.

SENKEVICS, Adriano Souza. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. *Educação e Pesquisa*, v. 44, p. 1-23, 2018.

SENKEVICS, Adriano Souza & MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente nas universidades mudou pós-lei de cotas? *Cadernos de Pesquisa*, v.49, n.172, p. 184-208, 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educação e Sociedade*, v.36, n. 133, p. 867-889, 2015.

VENÂNCIO Filho, Aberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Duke: Duke University Press, 2004.